



Santa Marta

Plano de Desenvolvimento Social

Índice

1-Introdução.....	6
2-Enquadramento Metodológico	8
3-Articulação do Plano de Desenvolvimento com as Políticas e Medidas Nacionais	9
4. Eixos de Intervenção	15
4.1-Eixo I Demografia.....	16
4.2 - Eixo II Educação/Nível de Instrução	18
4.3 - Eixo III Economia	20
4.4 - Eixo IV Grupos Vulneráveis	22
5. Bibliografia.....	28

Ficha Técnica

Título: Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santa Marta de Penaguião

Entidades que colaboraram para a execução do documento:

Conselho Local de Ação Social de Santa Marta de Penaguião

Núcleo Executivo da Rede Social

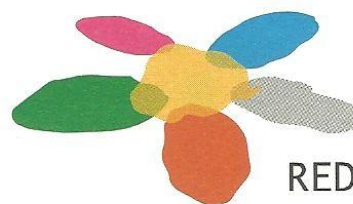
O Plano de Desenvolvimento Social foi aprovado por unanimidade na Reunião Plenária de 13 de Março de 2015

Coordenação:

Dr.^a Sílvia Silva – Presidente do Conselho Local de Ação Social de Santa Marta de Penaguião



Santa Marta



REDE SOCIAL
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Apresentação do Núcleo Executivo

Rede Social de Santa Marta de Penaguião

Rua dos Combatentes

5030 – 477 Santa Marta de Penaguião

Telefone:254810130/ Fax:254810131

Núcleo executivo		
Instituição	Representante	Função
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião	Dr. ^a Sílvia Silva	Vice-Presidente
Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real	Dr. ^a Armandina Cruz	Assistente Social
Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião	Professor Hermínio Cardoso	Adjunto do Diretor
Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000	Dr. ^a Marina Teixeira	Diretora Técnica
Centro de Saúde de Santa Marta de Penaguião	Dr. ^a Sónia Pinto	Assistente Social
Centro Social e Paroquial de Santa Eulália da Cumieira	Dr. ^a Alexandra Marta	Diretora Técnica
Representante das Juntas Freguesia	António Júlio Almeida	Presidente de Junta da Freguesia de Sever

Composição do Conselho Local de Ação Social de Santa Marta de Penaguião

Associação Comercial e Industrial dos concelhos de Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio - ACIR
Associação Golfinhos da Paz
Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião
Agrupamento 687 do CNE Escuteiros de Fontes
Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento
Bombeiros Voluntários de Fontes
Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião
Caves Santa Marta de Penaguião
Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real
Centro de Saúde de Santa Marta de Penaguião
Centro Social e Paroquial de São Miguel de Lobrigos
Centro Social e Paroquial de Santa Eulália da Cumieira
Centro de Respostas Integradas de Vila Real
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Santa Marta de Penaguião
EAPN: Núcleo Distrital de Vila Real
Fundação Luís Vicente
Fundação Dr. Carneiro Mesquita
Guarda Nacional Republicana – Posto de Santa Marta de Penaguião
Junta de Freguesia de Alvações do Corgo
Junta de Freguesia da Cumieira
Junta de Freguesia de Fontes
Junta de Freguesia de Medrões
Junta de Freguesia de Sever
Núcleo Local de Inserção de Santa Marta de Penaguião
União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Batista) e Sanhoane
União de Freguesias de Louredo e Fornelos

1-Introdução

O Programa Rede Social foi criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, num contexto de afirmação de uma geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade para o esforço da erradicação da pobreza e exclusão social em Portugal. A Rede Social tem como meta promover um planeamento integrado e sistemático, mobilizando as competências, os recursos institucionais e das comunidades para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias.

Segundo Ruivo (2000:54) o Programa Rede Social assume a necessidade de adequar os projetos de desenvolvimento social às especificidades dos contextos sócio territoriais, unidades concelhias, apelando a intervenções participadas. É a dimensão local da problemática do desenvolvimento, ou seja, o Desenvolvimento Social Local ou Territorial, entendido com um “ processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de vida, animado pela procura da solidariedade e justiça social e alimentado pela participação coletiva enquanto força de expressão comunitária e individual (...) e tendo sempre presente as motivações e o envolvimento dos atores perante os processos de mudança, bem como os valores identitários de que as comunidades locais são portadoras”.

Estes princípios constituíram as linhas orientadoras na construção do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santa Marta de Penaguião, entendido como “um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local “ (ISS, 2003:15), procurando vincular e abarcar as iniciativas de todos os agentes, cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do concelho. Este plano traça o retrato de uma mudança social desejável e realista onde vão ser implementadas e definidas as linhas orientadoras do percurso e do processo a desenvolver para atingir essa mudança.

Pretendeu-se delinear de forma participada, um novo Plano de Desenvolvimento Social que identificasse objetivos, estratégias e medidas de ações concretas, localizadas no tempo e no espaço, que norteassem e vinculassem as intervenções locais de âmbito social, de forma a garantir o desenvolvimento social efetivo do Concelho de Santa Marta de Penaguião, porém é sabido que o Plano de Desenvolvimento Social não é um plano estratégico inalterável, pelo contrário é passível de sofrer ajustamentos, sendo que

Plano de Desenvolvimento Social

a sua flexibilidade permite a inclusão de novas iniciativas, novas metodologias e de novas parcerias.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) que se apresenta estrutura-se em quatro eixos de intervenção, a saber: Demografia, Educação, Economia e Grupos Vulneráveis sendo operacionalizado através de planos de ação anuais.

A definição dos eixos prioritários assume uma importância fulcral, na medida em que é a partir deles, e tendo eles como permanente pano de fundo, que se definiram as linhas orientadoras do Plano de Desenvolvimento Social.

Por fim, é proposto um dispositivo de acompanhamento e avaliação, elemento fundamental em qualquer processo de desenvolvimento, que permitirá a realização dos reajustamentos que se venham a mostrar necessários para a realização do Plano, ao mesmo tempo que permitirá reforçar as “boas práticas”, salvaguardando a sua continuidade e evolução.

O documento identifica-se assim como um novo instrumento de planeamento estratégico para o triénio de 2015/2017 e apresenta muitos consideráveis desafios, articulados e enquadrados em instrumentos nacionais que visam a ação para a inclusão.

2-Enquadramento Metodológico

A metodologia adaptada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santa Marta de Penaguião, assenta numa estratégia participada de planeamento, que procura cumprir os princípios estruturantes da Rede Social: subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação, a partir do qual foi possível elaborar um documento partilhado, um instrumento de trabalho facilitador de entendimento concertado dos diversos domínios de ação social do Concelho.

Este Plano resulta da discussão entre os diferentes parceiros da Rede Social, através da participação em reuniões Plenárias e em reuniões do Núcleo Executivo, para determinar as prioridades de intervenção, com base nos problemas e necessidades identificadas e das potencialidades e oportunidades locais. A identificação exploratória dos problemas resultou de um trabalho com o CLAS, utilizando a análise SWOT como técnica para estruturar e sistematizar os problemas. Estas problemáticas, numa fase posterior, foram priorizadas em Reunião Plenária, com o recurso do modelo de Eisenhower, técnica de transformação de problemas em objetivos e da determinação dos problemas com resolução prioritária, segundo os critérios de urgência e exequibilidade.

Após esta priorização, definiram-se as áreas que constituem os eixos estratégicos de intervenção: Demografia; Educação; Economia e Grupos Vulneráveis.

Pretende-se que este seja um documento que contemple e que sirva de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, neste sentido procurou-se também incluir as iniciativas de todos os parceiros da Rede Social de Santa Marta de Penaguião.

3-Articulação do Plano de Desenvolvimento com as Políticas e Medidas Nacionais

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

A estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual do País, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção do ambiente.

A difícil realidade nacional está em reconhecer que só haverá efetivo crescimento e convergência no quadro europeu se Portugal adotar uma estratégia global de desenvolvimento sustentável.

A ENDS estabelece pois, os seguintes objetivos:

1. Alteração em profundidade da atual situação no que respeita à qualificação da população ativa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”;

2. Assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência, devendo este objetivo assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transacionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão de atividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional; esse crescimento deverá ser menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do País, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências;

3. Assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a proteção do ambiente numa sociedade em que a proteção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e fator de diferenciação positivo;

4. Contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, atuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atratividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional;

5. Assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento” da população e do “amadurecimento” etário da população ativa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos;

6. Compreender a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para a sua afirmação no Mundo, e contribuindo de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da construção da paz, da sustentabilidade dos ecossistemas e do equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.

Cada um destes objetivos desdobra-se num conjunto de Vetores Estratégicos e estes, por sua vez, em Linhas de Orientação. Com base na definição destes objetivos, vetores estratégicos e linhas de orientação foi elaborado o respetivo PIENDS (Plano de Implementação do ENDS), que através de ações e medidas (Fichas Estratégicas) concretizará o desígnio prosseguido na estratégia.

Por outro lado, para que a ENDS e o seu respetivo Plano possam atingir resultados ao longo do seu amplo período de implementação será fundamental que se reúnam as seguintes condições de sucesso:

-Que a ENDS e o PIENDS sejam entendidos como motores de um *processo dinâmico*, e não como algo de estático e cristalizado; que são instrumentos destinados a modificar a realidade, recebendo dela, todavia, também as informações e os impulsos que permitam as inevitáveis adaptações e correções para o seu adequado desempenho;

-Que a ENDS e o PIENDS suscitem um largo consenso no seio do nosso sistema político e institucional, tornando-se numa bandeira que possa ser assumida ao longo de

sucessivos ciclos legislativos, recebendo apoio e estímulo de vastos sectores políticos e sociais;

-Que a ENDS e o PIENDS sejam compreendidos e “apropriados” pelos parceiros sociais, pelas organizações não-governamentais, pelos diferentes sectores da sociedade civil como uma visão partilhada do futuro de Portugal, num contexto mundial particularmente difícil, pedindo a todos o empenho numa visão solidária e de longo prazo, onde o interesse nacional e o alargamento da participação cívica se devem sobrepor e servir de quadro de referência aos interesses sectoriais, particulares e corporativos, incapazes de enfrentar os desafios que se colocam ao país;

-Que a ENDS e o PIENDS permitam reforçar, na sociedade portuguesa, a capacidade de intervenção sobre as dinâmicas e orientação da sua própria trajetória de desenvolvimento e que contribuam para garantir uma maior consistência entre os múltiplos níveis de administração e a capacidade de adaptação às realidades regionais;

-Que a ENDS e o PIENDS sejam um contributo decisivo para um novo estilo de produção e coordenação das políticas públicas, aumentado a sua qualidade através da incorporação da mais rigorosa e atualizada informação, acentuando a coerência, horizontalidade e transversalidade dos seus conteúdos, ampliando a sua legitimidade por meio de uma adequada participação de diferentes sectores sociais, incrementando a sua eficácia por via de uma mais ágil e robusta coordenação ao nível do poder executivo.

Instituto Nacional de Reabilitação

O INR, IP é um instituto público integrado e atualmente tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, e dotado de autonomia administrativa e património próprio.

O projeto de Informação e Mediação para pessoas com deficiência ou incapacidade, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Reabilitação, com as parcerias das Câmaras Municipais, que visa o atendimento e qualidade de vida das pessoas com deficiências.

O Serviço de informação e Mediação para pessoas com deficiência ou incapacidade tem os seguintes objetivos:

-Atender os cidadãos com deficiência ou incapacidade e respetivas famílias;

-Prestar informação sobre os direitos, benefícios e recursos existentes;

-Proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas;

Plano de Desenvolvimento Social

- Desenvolver e valorizar as parcerias locais para encontrar soluções mais eficazes para os problemas;
- Divulgar boas práticas de atendimento do cidadão com deficiência ou incapacidade;
- Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local da situação das pessoas com deficiência ou incapacidade, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

Plano Nacional de Saúde

O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2004-2010 desenvolve orientações estratégicas com a finalidade de sustentar política, técnica e financeiramente uma vontade nacional, dando-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e intercolaboração dos múltiplos sectores da saúde.

A elaboração do PNS visa três grandes objetivos estratégicos:

- 1.Obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- 2-Utilizar instrumentos adequados, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema para a prestação de cuidados;
- 3.Garantir os mecanismos adequados para a efetivação do plano através de uma cativação de recursos adequada, garantindo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e atualização do plano.

Plano Nacional para o Emprego

O Plano Nacional de Emprego definiu três grandes desafios que se interligam entre si, designadamente: “Investir na educação e formação e melhorar as qualificações da população portuguesa”, “Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego e modernizar os sistemas de proteção social” e “Promover o equilíbrio entre flexibilidade e segurança no mercado de trabalho”, de modo a ultrapassar os défices estruturais do mercado de trabalho em Portugal.

Esta Iniciativa integra quatro grandes eixos: manter o emprego; apoiar os jovens no acesso ao emprego; apoiar o regresso ao emprego; alargar a proteção social.

Foram, ainda, implementadas medidas complementares destinadas a reforçar o apoio às famílias, nomeadamente, ao nível das prestações sociais, da ação social escolar, da habitação, do acesso a medicamentos gratuitos por parte dos idosos mais carenciados

assim como a introdução de alterações no modo de atribuição do Complemento Solidário para Idosos, de forma a abranger um número mais elevado de pessoas.

Programa Operacional Potencial Humano

O POPH é o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que visa estimular o potencial do crescimento sustentado da economia portuguesa, no quadro das seguintes prioridades: superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos; promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das atividades de maior valor acrescentado; estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida ativa e promover a igualdade de oportunidades, através do desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social. Esta prioridade integra a igualdade de género como fator de coesão social.

A atividade do POPH estrutura-se em torno de sete eixos prioritários:

Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial

Eixo Prioritário 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

Eixo Prioritário 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional

Eixo Prioritário 4 – Formação Avançada

Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa

Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social

Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008 – 2010

A estratégia delineada para o período 2008-2010 visava a adoção de um conjunto de medidas que permitissem a inclusão social e prevenção de situações de pobreza e exclusão social com que Portugal ainda se continua a confrontar. Para contrariar as desigualdades sociais diagnosticadas e promover a inclusão social ativa, o PNAI assumiu uma estratégia multidimensional assente em três prioridades fundamentais: combater e reverter situações de pobreza persistente, nomeadamente a das crianças e

idosos; corrigir as desvantagens ao nível da educação e formação, prevenindo a exclusão e contribuindo para a interrupção dos ciclos de pobreza e para um desenvolvimento económico sustentado e inclusivo, e numa atuação com vista a ultrapassar as discriminações reforçando a integração de grupos específicos. O documento em questão encontra-se desatualizado, no entanto aguardam-se novas orientações neste contexto, dada a sua relevância em termos sociais.

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER. Neste sentido, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias, visa a concretização dos seguintes objetivos: estímulo à produção de serviços transacionáveis e à internacionalização da economia; reforço do investimento na educação, incluindo a formação avançada e a profissional; reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e de combate à exclusão social.

No que se refere ao Fundo Social Europeu são defendidos os seguintes objetivos: promover a inclusão social dos grupos mais vulneráveis; promover o emprego; investir no capital humano, aumentando o nível médio de qualificações e combater o insucesso escolar, promover a igualdade de oportunidades e a não discriminação.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O QREN assume como grande objetivo estratégico a promoção da qualificação dos Portugueses, valorizando uma melhor e mais educação; aumentar o emprego; combater a pobreza e as desigualdades sociais.

Fundação EDP Solidária

A Fundação EDP, adiante designada por FEDP, no âmbito das suas atividades nas áreas da solidariedade e da inovação social, promove uma iniciativa anual – o Programa “EDP SOLIDÁRIA” – que visa apoiar projetos que têm como objetivos a atenuação de situações sociais prioritárias, promovendo a melhoria da qualidade de vida de pessoas socialmente desfavorecidas, a integração de comunidades em risco de exclusão social e a promoção do empreendedorismo social, através de projetos que se revelem sustentáveis.

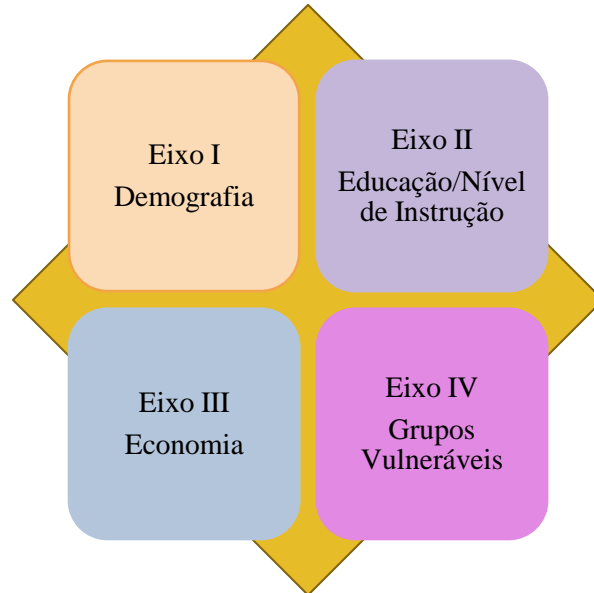
Sendo que os projetos têm que intervir obrigatoriamente nas seguintes temáticas:

Plano de Desenvolvimento Social

- a) Desenvolvimento Comunitário e Social, que comporta projetos ligados com situações de exclusão/ emergência social.
- b) Educação e Capacitação, projetos de reconhecido mérito nas áreas da educação/ formação e capacitação não contempladas por programas financiados pelo erário público.
- c) Inclusão Social pela Arte e Desporto, projetos que, em situações muito específicas de exclusão, promovam a inclusão social através do desporto ou expressões artísticas.
- d) Hortas Solidárias, projetos que tenham por objetivo a implementação ou desenvolvimento de hortas sustentáveis diretamente ligadas a instituições sociais.
- e) Outros projetos de desenvolvimento socioeconómico.

4. Eixos de Intervenção

Todo o trabalho contemplado neste documento norteia-se pelos seguintes eixos de intervenção.



4.1-Eixo I

Demografia

Problemas a responder:

Baixa Taxa de Natalidade

Envelhecimento Demográfico

Declínio demográfico e aceleração da desertificação

Fluxos Migratórios Elevados

Objetivo Geral:

-Promover a fixação de jovens no concelho de Santa Marta de Penaguião.

Objetivo Especifico:

-Até ao final de 2015 inserir no mercado de trabalho 15 desempregados através das medidas do Instituto de Emprego e Formação Profissional

-Até ao final de 2016 criar um conjunto de medidas de apoio a agregados familiares numerosos

-Até ao final de 2017 divulgar, sensibilizar IPSS's e empresas a utilizarem as medidas de emprego do IEFP, apoiando-as a fazer candidaturas para estágios profissionais ou outras medidas para jovens licenciados, de modo a mantê-los no concelho, tendo que ser uma ação liderada pela Câmara Municipal, reunindo com todas as instituições e empresas e fazer-lhes ver que ao criarem uma oportunidade a baixo custo aos jovens lhes permite uma experiência de trabalho e por outro lado é uma mais-valia para a empresa/instituição inovar ou melhorar.

-Até ao final de 2017 criar um conjunto de medidas para incentivar o aumento da natalidade no Concelho.

Recursos:

-Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

-Empresas

-Instituições Particulares de Solidariedade Social

-Instituto de Emprego e Formação Profissional

-Fundos Europeus

-Juntas de Freguesia

Indicadores:

-Número de desempregados inseridos no mercado de trabalho

-Número de crianças a beneficiarem da atribuição dos manuais escolares e material escolar

-Número de jovens inseridos no mercado de trabalho através das medidas do IEFP

-Número de alunos a beneficiarem do apoio ao nível das refeições e transportes

-Número de agregados familiares numerosos a beneficiarem dos apoios criados

4.2 - Eixo II

Educação/Nível de Instrução

Problemas a responder:

Desvalorização da cultura escolar por parte das famílias

Falta de oferta formativa diversificada

Insucesso escolar

Objetivo Geral:

-Promover a elevação dos níveis de Educação e Formação da população do Concelho de Santa Marta de Penaguião, combater o insucesso escolar, o absentismo e prevenir o abandono escolar

Objetivo Especifico:

-Até ao final de 2015 sensibilizar os jovens e família para a importância da escolaridade mínima obrigatória no processo de integração socioprofissional

-Até ao final de 2015 é criado um “Campo de Férias” no período das férias escolares do Verão

-Até ao final de 2015 será efetuado um levantamento de necessidades formativas

-Até final de 2016 são implementados cursos de formação profissional diversificados

-Até ao final de 2016 são implementadas 3 ações de formação sobre empreendedorismo para jovens (objetivo de desenvolverem competências de resiliência: transformar um obstáculo num desafio e este numa oportunidade de emprego)

-Até ao final de 2017 elevar os Níveis de Qualificação da População

Recursos:

-Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

-Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião

-Instituições Particulares de Solidariedade Social

-Serviço local da Segurança Social

-Instituto de Emprego e Formação Profissional

Indicadores:

-Número de cursos criados;

-Número de crianças inscritas no campo de férias

-Número de participantes

-Número de pessoas que elevaram o nível de qualificação

-Número de protocolos elaborados com entidades formadoras

4.3 - Eixo III

Economia

Problemas a responder:

Reduzida oferta de emprego

Dificuldade de fixação de “Capital Humano” na região

Setor agrícola envelhecido na sua maioria e de carácter tradicional

Falta de motivação, expectativas e objetivos para incrementar novas atividades
produtivas

Fraca exploração da paisagem natural e da história/monumentos

Estrutura empresarial débil e pouco competitiva

Objetivo Geral:

- Criar e dinamizar uma estrutura de promoção e apoio ao desenvolvimento económico do concelho
- Fomentar o empreendedorismo e a aproximação às empresas

Objetivo Especifico:

- Promover a realização de uma Feira anual para dinamizar/promover os produtos locais
- Efetuar até ao final de 2015, um levantamento das necessidades formativas no Concelho
- Implementar um Gabinete de Apoio ao pequeno, médio empresário até final de 2016
- Até ao final de 2016 implementar 3 ações de formação sobre Empreendedorismo para empresários com o objetivo de fomentar a criação de novas empresas/serviços (Transformar uma ideia numa oportunidade de negócio)
- Garantir que até ao final de 2017, 10% dos indivíduos desempregados inscritos no Centro de Emprego obtenham formação de acordo com o diagnóstico das necessidades formativas.

Recursos:

- Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião
- Segurança Social
- Empresas existentes
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Fundos Europeus

Indicadores:

- Implementação de um gabinete de apoio ao pequeno, médio empresário
- Realização de uma feira anual das atividades económicas
- Número de indivíduos inscritos no Centro de Emprego
- Número de pessoas/entidades inquiridas
- Número de indivíduos, desempregados a frequentar formação profissional

4.4 - Eixo IV

Grupos Vulneráveis

Problemas a responder:

- Baixo nível escolar, social e cultural, défice emocional e falta de formação das famílias carenciadas, para assegurar a estruturação pessoal/familiar e para gerir os vários recursos com vista à autonomização, quebrando o ciclo de pobreza
- Desvalorização da cultura escolar por parte das famílias
- Escassez a nível de respostas e apoios para o acompanhamento das pessoas com deficiência
- Isolamento e solidão dos idosos
- Poucas condições para manter os idosos no seu meio natural

População com Dependência

Objetivo Geral:

-Fomentar uma estratégia de sensibilização e prevenção relativamente aos comportamentos de risco (consumo de álcool, toxicod dependência, tabaco).

Objetivos Específicos:

-Até ao final de 2015 realizar ações de sensibilização e informação para os alunos da escola do concelho.

-Até ao final de 2016 desenvolver palestras sobre as formas de vida saudáveis a toda a comunidade.

Recursos:

-Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião

-Centro de Saúde

-Câmara Municipal

-Serviço Local da Segurança Social,

-Juntas de Freguesia

-Guarda Nacional Republicana

-Centro de Respostas Integradas

Indicadores:

-Número de iniciativas realizadas

-Número de participantes

População com Deficiência ou Incapacidade

Objetivo Geral:

-Promover a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos com deficiência ou incapacidade.

Objetivos Específicos:

-Até ao final de 2015 fazer um levantamento aprofundado sobre as condições de vida das pessoas com deficiência.

-Até ao final de 2015 fazer a divulgação das oportunidades de apoio à contratação de pessoas com deficiência, com a articulação entre o Gabinete de Inserção Profissional, as empresas, Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

-Até ao final de 2016 é criada uma estratégia de sensibilização das entidades empregadoras do concelho para a integração de 5 % dos indivíduos com deficiência ou incapacidade que tenham capacidade de trabalho.

-Até ao final de 2016 é criada uma rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Recursos:

-Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

-Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000

-Gabinete de Inserção Profissional,

-Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião

-Instituto Nacional de Reabilitação

-Instituto de Emprego e Formação Profissional

Indicadores:

-Número de atendimentos efetuados

-Número de reuniões efetuadas com as Empresas, Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social

-Número de acompanhamentos

-Número de integrações profissionais

-Número de pessoas inquiridas

Crianças e Jovens em Risco

Objetivo Geral:

-Capacitar as famílias em situação de vulnerabilidade na elaboração e desenvolvimento do seu processo de mudança

Objetivos Específicos:

-Implementar até ao final de 2015, uma ação de formação para o desenvolvimento de competências sociais e parentais das famílias disfuncionais

-Até ao final de 2016 promover a aquisição de comportamentos de organização doméstica e hábitos de higiene habitacional

Recursos:

-Cento de Saúde de Santa Marta de Penaguião

-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

-Equipa do Rendimento Social de Inserção

-Serviço Local da Segurança Social

Indicadores:

-Ação de formação realizada

-Número de participantes presentes na ação de formação

Rendimento Social de Inserção

Objetivo Geral:

-Promover a melhoria das condições de vida das famílias

Objetivos Específicos:

-Interatividade da loja Social com todos os parceiros, fazendo um levantamento de necessidades e encaminhar os agregados familiares para as entidades que possam dar uma resposta mais eficiente

-Garantir o acompanhamento de famílias fragilizadas

-Até ao final de 2016 fazer um diagnóstico da situação habitacional das famílias carenciadas no concelho

-Até ao final de 2016 implementar uma ação de formação sobre técnicas de procura de emprego

-Até ao final de 2017 implementar 3 ações de formação sobre empreendedorismo para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (objetivo de desenvolverem competências de resiliência: transformar um obstáculo num desafio e este numa oportunidade de emprego)

-Até ao final de 2017 garantir apoio de carácter habitacional a 3 famílias/ano desfavorecidas no concelho

Recursos:

-Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

-Centro Social e Paroquial de Santa Eulália

-Equipa do Rendimento Social de Inserção

-Serviço Local da Segurança Social

Indicadores:

-Número de famílias com apoio nas condições habitacionais

-Número de famílias fragilizadas com acompanhamento

-Número de famílias com apoio da loja social

-Número de participantes em ações de formação

População Idosa e/ou Dependente

Objetivo Geral:

-Criar as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida da população idosa do concelho.

Objetivos Específicos:

-Até ao final de 2015 criar pelo menos uma ação de formação sobre os cuidados a ter com os idosos acamados, dirigidas aos familiares e particulares

-Até ao final de 2015 fazer o acompanhamento e intervenção nos idosos que estão isolados e em risco

-Até ao final de 2015 é criado um gabinete municipal de apoio ao idoso

-Melhorar a vida dos doentes crónicos até ao final de 2016

-Até ao final de 2016 é aumentado o número de espaços de convívio

-Até ao final de 2017 é alargado o nº de respostas na valência lar

Recursos:

-Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

-Instituições Particulares de Solidariedade Social

-Centro de Saúde

-Serviço Local da Segurança Social

Indicadores:

-Número de espaços de convívio criados

-Número de idosos abrangidos pelos equipamentos

-Número de idosos abrangidos pelas medidas/programas

-Número de participantes nas ações de formação

-Número de intervenções e acompanhamentos das pessoas idosas

5. Bibliografia

ISS (2003), Guia de Recursos para o Desenvolvimento Social.

Legislação referente ao Programa da Rede Social: Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro.

Ruivo, Fernando (2000), Poder Local e Exclusão Social, Coimbra: Quarteto.